

DÍVIDA

FMI vai exigir um corte maior no déficit público

O Fundo Monetário Internacional enviou ontem telex ao comitê de bancos comerciais que trata da dívida externa brasileira em Nova York, opinando favoravelmente à prorrogação das linhas de crédito de curto prazo cujos vencimentos ocorrem no próximo dia 31. Essa informação foi confirmada por alta fonte financeira ontem em Paris, onde se encontram o diretor-geral do FMI, Jacques de Larosière, e o próprio ministro da Fazenda do Brasil, Francisco Dornelles, que estiveram reunidos segunda-feira por mais de duas horas.

Dessa forma, com o aval recebido do Fundo Monetário, está praticamente garantida essa prorrogação, faltando apenas definir problemas de prazo, isto é, se a prorrogação se dará por 90 dias como desejam os bancos, 120 ou 180 dias, de acordo com reivindicação do governo brasileiro.

De qualquer forma, tendo em vista a disposição do governo brasileiro de assinar uma nova carta de intenções com o FMI até meados de outubro, o problema de prazo não chega a preocupar o ministro Dornelles, pois, assinado o acordo com o Fundo, as prorrogações das linhas de curto prazo poderão ser feitas normalmente.

O próprio Larosière manteve um contato telefônico com o ministro brasileiro, comunicando o envio do telex aos bancos. Dornelles vai permanecer hoje e possivelmente amanhã em Paris, aguardando a evolução das negociações do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, nos Estados Unidos, podendo, se for o caso, voltar a avistar-se com Larosière.

Não está descartada sequer a possibilidade de o ministro da Fazenda seguir de Paris para Nova York. Mas, por enquanto, ele não acredita que isso será necessário.

Ontem, a informação que circulava nos meios financeiros franceses era de que os bancos comerciais europeus, que até então ainda mantinham certa reticência em relação à prorrogação das linhas de curto prazo, haviam abandonado essa postura, com exceção de um único banco, que reagia mais por encontrar-se numa posição de "gato escondido", isto é, por ter sofrido prejuízos substanciais nos recentes casos Sunaman, Sulbrasileiro e Brasilinvest.

Déficit público

Uma redução bem mais importante do déficit público do que a já realizada pelo governo brasileiro será uma das exigências principais do Fundo Monetário Internacional na próxima carta de intenções a ser negociada com o Brasil que estará em condições de ser assinada, segundo previsão anunciada pelo ministro Dornelles em Paris, até meados de outubro.

Os setores ligados ao FMI não escondem que esse será um dos itens principais e mais

difícies dessa negociação. Essas mesmas áreas revelam que os esforços feitos nesse setor foram insuficientes e o Brasil não pode continuar a conviver com o crescimento constante do déficit público, lembrando que as coisas teriam sido mais fáceis se as providências tivessem sido adotadas em março último. Agora, acrescentam, o esforço terá de ser maior, mas se essas providências forem deixadas para o fim do ano, o problema será ainda mais grave e a solução mais dolorosa.

De qualquer forma, eles acreditam que o governo brasileiro terá antes de mais nada, de decidir sobre as dissensões que dividem sua própria equipe econômica, cada vez mais profundas. Ainda ontem, a imprensa especializada francesa tratava dessas divergências, comentando as declarações do ministro Dornelles em Paris, quando afirmou que "o Brasil tem todo o interesse em concluir um acordo com o FMI até 15 de outubro". Segundo o jornal *La Tribune*, essa posição contrasta com as dúvidas expressas recentemente pelo presidente José Sarney e pelo ministro do Planejamento, João Sayad.

Fonte bancária francesa comentou ontem em Paris que o ministro brasileiro em seus contatos com os meios financeiros europeus deve ter constatado a preocupação existente com a evolução das recentes negociações paralelas, de caráter político, na área de Cartagena. Esses meios financeiros consideram que a ênfase que vem sendo dada às negociações políticas pode prejudicar eventuais acordos na área dos bancos comerciais e do próprio FMI.

Segundo esses setores, tais gestões, além de não apresentar aspectos práticos, prejudicam a negociação técnica e atrasam as medidas indispensáveis que vão acabar se impondo mais cedo ou mais tarde, tornando ainda mais penosos os remédios que devem ser ministrados à economia dos países endividados.

No caso específico do Brasil, o banqueiro francês interessado no problema da dívida brasileira declarou que se constata a existência de duas correntes distintas. Uma, definida como realista, representada pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que seria favorável a um verdadeiro tratamento de choque para a economia brasileira. Esse banqueiro reconhece que o problema é que o governo não conta com apoio suficiente para esse tipo de solução, principalmente da chamada classe política, que teme as repercuções sociais, razão pela qual trata de estimular a corrente contrária, que tem procurado contemporizar a adoção de medidas mais drásticas, estimulando saídas políticas e longos debates na área de Cartagena.

Reali Junior, de Paris.